

# **APRESENTAÇÃO**

## **E**

### **RESUMO ATIVIDADES**

#### ***I - Enquadramento Geral***

*A Associação Portuguesa de Mulheres Juristas é uma organização não-governamental de juristas, fundada em 1988, com o objetivo de contribuir para o estudo crítico do Direito sob a perspetiva da defesa dos Direitos Humanos das Mulheres.*

*A Associação Portuguesa de Mulheres Juristas constituiu-se com base na comum consciência que se não encontram esgotadas as possibilidades de modificação do ordenamento jurídico vigente, com vista à real obtenção de uma Igualdade de estatuto entre todos os seres humanos.*

*A convicção de poder desempenhar um papel ativo nas transformações do Direito, necessárias à erradicação das desigualdades, que, entre nós, teimosamente persistem, e a consciência que o saber acrescido de juristas reforça a responsabilidade individual das suas associadas é, também, um fator de união e motivação.*

*A experiência do trabalho que a Associação Portuguesa de Mulheres Juristas vem desenvolvendo ao longo da sua existência alicerça e reafirma a confiança que só recomeçando sem cessar a luta pela Liberdade, Igualdade e Justiça se contribui para a mudança do Mundo.*

*R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

O objeto estatutário da **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas**, definido no artigo 6º dos seus Estatutos, é o de:

- *Proceder a estudos relativamente a matérias que, no campo do Direito, sejam relevantes para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades legalmente consignada;*
- *Propor às instâncias competentes a elaboração, alteração ou revogação de quaisquer diplomas a fim de obter a plena igualdade de direitos e oportunidades;*
- *Promover o esclarecimento e o debate sobre a situação das mulheres, divulgar os seus direitos e denunciar, por todos os meios as formas de discriminação;*
- *Fomentar o intercâmbio de conhecimentos e experiências com outras organizações a nível nacional e internacional e colaborar com elas em iniciativas que possam contribuir para a prossecução dos fins da Associação.*

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** admite três tipos de membros, a saber, as associadas efetivas, as/os associadas/os, agregadas/os e as/os associadas/os honorários.

Nos termos dos seus Estatutos – artigo 8º nº1 - podem ser associadas efetivas “todas as mulheres juristas portuguesas, e as juristas estrangeiras residentes em Portugal, que se identifiquem com os fins da Associação e desejem participar na realização do seu objeto.” E poderão ser associadas/os agregadas/os – artigo 8º nº2 – “as pessoas e entidades que se identifiquem com os fins da Associação e desejem participar na realização do seu objeto”.

As/os associadas/os honorários são – artigo 8º nº3- “personalidades que, pela experiência e ciências, tenham de algum modo contribuído para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.” Esse reconhecimento foi atribuído às seguintes personalidades: Dr. Mário Soares, Dr.<sup>a</sup> Elina Guimarães, Dr. Francisco Salgado Zenha, Dr.<sup>a</sup> Leonor Beleza,

R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)

*Professora Doutora Teresa Beleza, Dr.ª Ana Gomes, Professora Doutora Paula Escaraméia, Dr.ª Teresa Rosmaninho, Dr.ª Catarina Albuquerque Dr.ª M.ª Lucília Miranda dos Santos, a Conselheira Clara Sottomayor, António Rocha e a Dr.ª Josefina Meneses Leitão.*

## **II - Importantes vitórias alcançadas**

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** viu já recompensado o seu labor, com importantes vitórias.*

*Assim, em 1989 deu início ao processo que viria a conduzir, em 1991, à declaração de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, do Assento do Supremo Tribunal de Justiça, que discriminava os filhos nascidos fora do casamento.*

*Em 1994, no Ano Internacional da Família, apresentou juntamente com a psicóloga Dr.ª Maria Saldanha Pinto Ribeiro, uma Proposta de Alteração do Código Civil, respeitante aos efeitos pessoais da filiação, que consagrava a possibilidade de opção pelo exercício conjunto da responsabilidade parental em caso de separação dos pais.*

*O que veio a ser conseguido com a publicação da Lei n.º 84/95 de 31 de Agosto.*

*Por ocasião do 20º aniversário da Constituição da República, **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** participou no processo de revisão constitucional, apresentando uma proposta de alteração à Constituição que, visando a consagração da Igualdade entre Mulheres e Homens como direito fundamental, propunha modificações de vários preceitos constitucionais.*

*A IV Revisão Constitucional acolheu um conjunto notável dessas propostas.*

*R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

*Assim, o artigo 9º veio a incluir, na sua alínea h), a promoção da Igualdade entre homens e mulheres como tarefa fundamental do Estado.*

*A conciliação da vida familiar com a atividade profissional foi estabelecida como direito dos trabalhadores na alínea b) do artigo 59º. Por sua vez o artigo 69º passou a garantir a proteção do Estado às crianças desprovidas de meio familiar normal. E o artigo 109º passou a consagrar “a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos”.*

*Em outubro de 1995, na sequência de uma exposição apresentada ao Procurador-Geral da República sobre a exequibilidade do artigo 16º da Lei nº 61/91 de 13 de agosto que previa a possibilidade de aplicação da medida de coação de afastamento da residência ao arguido em crime de maus tratos conjugais, foi emitida uma Circular à Magistratura do Ministério Público na qual se determinava a promoção da aplicação daquela medida de coação, à época ainda não constante do Código de Processo Penal, sempre que se mostrassem reunidos os seus pressupostos legais.*

### **III - Cooperação Legislativa**

*A Associação Portuguesa de Mulheres Juristas tem cooperado com os a Assembleia da República, os Governos e outras entidades públicas, como o Conselho Económico e Social (CES) na prossecução de políticas de promoção dos Direitos Humanos das Mulheres, apresentando várias propostas de iniciativas legislativas e alterações normativas.*

*Assim, em março de 1996 entregou ao Primeiro-Ministro, então em funções, Eng. António Guterres, um documento com propostas concretas visando a*

*R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

organização da Agenda de um Conselho de Ministros especial sobre Questões da Igualdade.

Apresentou também documentos com propostas aquando da instituição do “Alto Comissário para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família”.

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** participa habitualmente em audiências junto das Comissões Parlamentares especializadas. Bem como em audições públicas parlamentares, como foram as relativas à “Conciliação da Vida Familiar com a Vida Profissional”, ao Crime de Tráfico de Pessoas, à Lei da Adoção, à Lei Tutelar Educativa, à Lei n.º 107/97 – inversão do ónus de prova em questões relativas à Igualdade de tratamento Homens/Mulheres - e Violência Doméstica.

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** interveio, ainda, na discussão pública sobre o processo de ratificação do Tratado do Tribunal Penal Internacional e na discussão sobre outros temas, como o referente ao Projeto de uma Constituição para a Europa. E seguiu atentamente o processo de preparação do Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de todas as Discriminações contra as Mulheres.

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tem colaborado, em diferentes ocasiões, nos trabalhos preparatórios – governativos e parlamentares - referentes a alterações de diplomas com relevo na definição do estatuto da Igualdade de Género, designadamente as relativas à Constituição da República, ao Código Penal, ao Código de Processo Penal, ao Código do Trabalho, à Lei de Bases da Família, à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, à Lei da Paridade, à Lei da Adoção, à Lei de Proteção de Testemunhas, à Lei sobre a União de Facto e Economia Comum, à Lei de Mediação Penal, à Lei de Prevenção das Vítimas de Violência Doméstica, ao Regime Jurídico do Divórcio, ao Arrendamento Urbano e ao Regime Jurídico da Interrupção Voluntária da Gravidez.

R. Manuel Marques, n.º 21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** pronunciou-se sobre várias Propostas legislativas relativas à conformação do ordenamento jurídico interno com Tratados Internacionais sobre a prevenção e combate da Violência contra as Mulheres, como seja o Tratado que instituiu o Tribunal Penal Internacional e a Convenção de Istambul.

E, na sequência da ratificação da Convenção de Istambul a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** apresentou à Assembleia da República Pareceres sobre os diferentes Projetos de Lei em discussão.

Assim, foram elaborados Pareceres e Propostas Legislativas sobre os crimes de violação, coação sexual, assédio sexual, mutilação genital feminina, casamento forçado, perseguição, violência doméstica e também sobre o exercício das responsabilidades parentais, os quais uma vez apresentados à Assembleia da República, foram objeto de audições parlamentares.

E em abril de 2015, apresentou à Assembleia da República uma proposta legislativa de revisão da obrigação de alimentos a filhos/as maiores, no sentido de alargar o seu âmbito de aplicação e conferir legitimidade processual ao/à progenitor/a que tiver a seu cargo o sustento desses/as filhos/as.

Aceite esta proposta, foi aprovada pelo Parlamento a Lei nº 122/2015 de 1 de setembro, que alterou o Código Civil e o Código de Processo Civil em conformidade com o proposto pela **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas**.

Em 2017, apresentou Pareceres sobre a última alteração legislativa relativa à regulação urgente das responsabilidades parentais e atribuição de alimentos em situações de violência doméstica e aplicação de medidas de coação ou de pena acessória que impliquem afastamento entre progenitores, bem como sobre o regime relativo ao prazo internupcial e ainda ao direito de declaração conjunta das despesas com dependentes em sede de IRS.

R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)

*Em 2018, apresentou Pareceres na A.R. sobre a Proposta de Lei relativa ao regime de representação equilibrada entre mulheres e homens no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública e sobre vários diplomas atinentes às desigualdades salariais.*

*E, em 2019 apresentou Pareceres sobre os Projetos de Lei em discussão na A.R. relativos à Regulação das Responsabilidades Parentais e a Violência de Género e Doméstica.*

*Em 2020, na continuidade dos trabalhos legislativos sobre esta matéria, apresentou, o seu Parecer sobre os 5 Projetos de Lei aí em discussão sobre a instituição de uma regra preferencial de fixação de residência alternada das crianças.*

*Este processo legislativo terminou com a publicação da Lei n.º 65/20 de 4 de novembro, a qual consagrou as teses defendidas pela A.P.M.J., representando assim uma severa e pesada derrota para todo o lobby que pretendia impor a obrigatoriedade da fixação de uma residência alternada para as crianças filhas de pais divorciados ou separados.*

*Em maio de 2020, apresentou ao Parlamento um Parecer sobre um Projeto de Lei sobre a natureza pública dos crimes sexuais.*

*Em janeiro de 2023, a convite do Conselho Económico e Social, apresentou um documento com diversas propostas para a criação de um quadro normativo global relativamente à prevenção e punição da Violência Doméstica.*

*Em maio de 2023, remeteu à Assembleia da República o seu Parecer sobre um Projeto de Lei em discussão atinente a alterações ao Código Penal relativas ao crime de assédio sexual.*

*E em junho de 2023, apresentou á Assembleia da República o seu Parecer sobre os Projetos de Lei relativos à natureza processual do crime de violação e proteção das vítimas de crimes contra a liberdade sexual.*

*R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

*Em julho de 2023 participou no Grupo de Trabalho, constituído no âmbito do Ministério da Justiça, para definição da I Estratégia nacional para as Vítimas de Crime.*

#### **IV - Colóquios e Conferências**

*Na prossecução dos seus objetivos a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tem promovido a discussão e o debate de vários temas candentes e relevantes para a Igualdade de Género e prevenção e eliminação da Violência de Género, realizando vários Colóquios, Conferências, Seminários e Webinars, dos quais os mais relevantes foram os seguintes:*

- *Conceito legal de Família – Lisboa, 1991*
- *Discriminação contra as Mulheres no Trabalho e no Emprego - Lisboa, 1992*
- *Bioética e Reprodução medicamente assistida - Lisboa, 1992*
- *Divórcio e Regulação das Responsabilidades parentais - Lisboa, 1993*
- *Revisão do Código Penal - Lisboa, 1994*
- *Assédio Sexual nos Locais de Trabalho - Lisboa, 1995*
- *Ciclo de Conferências sobre a 1ª Revisão do Código Penal - Lisboa, 1995*
- *Ciclo de Conferências sobre a Igualdade de Estatuto entre Mulheres e Homens, em colaboração com entidades do meio académico e universitário, em 4 ramos do Direito: Constitucional, Trabalho, Penal e Família - Lisboa, 1996*
- *Conferência sobre o Novo Código de Processo Civil - Lisboa, 1997*
- *Ciclo de Conferências sobre a Igualdade de Oportunidades no Trabalho e no Emprego, no Direito Comunitário, no Direito Espanhol e no Direito Português, em colaboração com o Centro de Estudos Judiciários e a C.I.T.E. - Lisboa, 1997*

*R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*



- Conferência sobre o Tribunal Penal Internacional - Lisboa, 1998
- Conferência sobre crime de Maus Tratos Conjugais - Lisboa, 1999
- Conferência sobre Direito da Família - juntamente a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa - Lisboa, 2000
- Conferência sobre “Maus Tratos d(n)a Lei Penal” - Lisboa, 2001
- Colóquios sobre “Guarda Conjunta dos filhos de pais separados” – em colaboração com as Delegações da Ordem dos Advogados – Cascais e Setúbal, 2001
- Colóquio sobre ”Crime de maus tratos” - juntamente o Conselho Distrital de Faro da Ordem dos Advogados – Faro, 2002
- Participação no Colóquio “Terrorismo e Justiça Internacional” promovido pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos - Lisboa, 2002
- Colóquio “Os Direitos Humanos das Mulheres no Direito Internacional” - Lisboa, 2002
- Seminário “A Europa, um espaço de Liberdade, Segurança e Justiça – Os Direitos Humanos das Mulheres – A luta contra o tráfico de pessoas” - Lisboa, 2003
- Curso sobre o Novo Regime Jurídico da Adoção - Lisboa, 2003
- Colóquio sobre “Guarda Conjunta dos filhos de Pais Separados” - juntamente com a Associação Forense de Santarém - Santarém, 2003
- Seminário Internacional sobre o “Direito Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres” - juntamente a Faculdade de Direito da Universidade Lusitana - Lisboa, 2004
- Curso sobre o crime de Maus Tratos Conjugais - juntamente o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados - Lisboa, 2006
- Ciclo de Conferências sobre Direito da Família - juntamente com o Conselho Distrital de Évora da Ordem dos Advogados - Évora, 2006

- Conferência sobre o Novo Regime Jurídico do Divórcio “E foram felizes para sempre?...” - juntamente com a Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa - Porto, 2008
- I Curso Interdisciplinar de Pós-Graduação em Violência contra as Mulheres no seio da Família - juntamente com a Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa - Porto, 2008/2009
- Colóquio “Responsabilidades Parentais após o Divórcio” - Lisboa, 2009
- Conferência Internacional sobre “O Mito da Alienação Parental e o Superior Interesse da Criança” - juntamente com várias organizações da sociedade civil - Lisboa, 2011
- Colóquio sobre Desigualdades Salariais - juntamente com várias organizações da sociedade civil - Lisboa, 2012
- Colóquio “Violência Doméstica - da Lei à Prática Judicial - Porto, 2013
- Colóquio “(Dis)Pensamos a Violência” - Lisboa, 2013
- Performance “Hoje, Não!” – mitos e realidades sobre a Violação - Encenação de uma Audiência de Julgamento juntamente com várias organizações da sociedade civil - Lisboa, 2013
- Colóquio sobre “Prostituição vs Trabalho Sexual” - juntamente com várias organizações da sociedade civil - Lisboa, 2013
- Seminário “Mulheres na Magistratura” - juntamente com várias organizações da sociedade civil - Lisboa, 2013
- Conferência Internacional “A Convenção de Istambul e os Crimes Sexuais” - juntamente com a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, a Associação Sindical dos Juizes Portugueses e o Sindicato do Ministério Público - Lisboa, 2014
- Conferência “Assédio Sexual? Não obrigada” - Évora, 2015

- Conferência “A Convenção de Istambul e a Violência de Género” - juntamente a Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa - Porto, 2015
- I Curso de Habilitação Específica em Violência de Género - 2016
- “A Convenção de Istambul e a proteção das Vítimas – Da Lei à realidade” - Évora e Chaves, 2016
- I Jornadas Nacionais sobre Violência de Género - juntamente com o Conselho Geral da Ordem dos Advogados - Conferências em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Faro, 2016
- Ciclo de Colóquios “Violência Doméstica, Violência de Género – Questões Teórico Práticas” - em colaboração com as Delegações da Ordem dos Advogados - Bragança, Vila Real, Guarda, Viseu, Leiria, Abrantes, Castelo Branco, Portalegre, Beja, Santiago do Cacém e Silves, 2017
- Colóquio “Violência Doméstica” - em colaboração com a “Coolabora” e Delegação da Covilhã da Ordem dos Advogados – Covilhã - 2017
- Colóquios “O Crime de Violência Doméstica” e a “A Regulação das Responsabilidades Parentais” - em colaboração com a Delegação de Esposende da Ordem dos Advogados – Esposende – 2017
- Sessões de informação jurídica às Redes Sociais de apoio a Vítimas de Violência Doméstica, com o apoio do Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade – em Odemira, Santiago do Cacém, Beja, Covilhã e Portalegre - 2017
- Conferência “A Reforma do Código Civil e a Igualdade de Género -1977-2017”, com o Alto Patrocínio do Presidente da República, juntamente com a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa – 2017
- V Encontro de Mulheres Juristas dos Países Lusófonos, com o Alto Patrocínio da CPLP, Violência Sexual sobre Mulheres e Meninas - 2018

- *I Cimeira dos Direitos Humanos das Mulheres - XXIII Congresso da F.I.F.C.J.– Lisboa, 2018*
- *I Curso de Formação em Violência Doméstica e de Género para técnicos/as municipais do Concelho de Vila Nova de Gaia – 2019*
- *“Ouvir as Crianças” Webinar sobre o direito de audição das crianças nos processos judiciais – 2020*
- *Ciclo de Responsabilidades Parentais - 3 Webinars – 2020*
- *Curso de formação específica sobre o crime de Violência Doméstica para Advogadas/os, em colaboração com o Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, em formato de vídeo conferência - 2020*
- *Curso Breve sobre “O Exercício e a Regulação das Responsabilidades Parentais”- 5 Webinars – 2021*
- *Assédio Sexual é Violência – 2 webinars – 2021*
- *Curso Breve sobre “O Regime Jurídico da União de Facto” - 4 webinars – 2021*
- *Sobre o Crime de Feticídio – webinar 2021*
- *“O Valor Económico do Trabalho Doméstico no Direito Civil” – Tomar, 2022*
- *“Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres e Raparigas em tempos de Guerra” - webinar 2022*
- *“Lenocínio. O crime as suas Vítimas” - webinar 2022*
- *Colóquio sobre “Dignidade Menstrual”, em colaboração com a Câmara Municipal de Tavira – Tavira, 2023*
- *Colóquio “Vítimas de Crimes Sexuais – Proteção e Defesa” – Chaves, 2023*

## **V – Celebração do “Dia Internacional das Mulheres”**

Desde a sua fundação, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** celebra o **Dia Internacional das Mulheres** congregando, cada dia 8 de março, um alargado número de mulheres e homens juristas num Jantar temático, que, por norma, conta com a presença do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o/a Procurador/a Geral da República e o/a Bastonário/a da Ordem dos Advogados, para além de outros/as altos/as dignatários/as do sistema judicial e da comunidade jurídica nacional.

Os jantares realizados na última década abordaram os temas adiante indicados, que foram apresentados pelos/as seguintes oradores e oradoras:

2010 – “As Mulheres e a Instauração da República”, Dr.<sup>a</sup> Ana Vicente, historiadora, e o Dr. Alfredo Caldeira da Fundação Mário Soares.

2011 – “Avivando memórias ...”, Apresentação dos livros: “Adelaide Cabete”, de e pela Professora Doutora Isabel Lousada, “Mulheres e Republicanismo (1908-1928)”, de e pelo Professor Doutor João Esteves e “Gente Comum – uma história na PIDE”, de e pela Dr.<sup>a</sup> Aurora Rodrigues.

2012 – “O impacto da crise sobre as Mulheres”, Mestre Teresa Morais e Professor Doutor Pedro Adão e Silva

2013 – “A crise, as suas causas e efeitos”, Professor Doutor J. Pinto e Castro e Vilma Vieira, jornalista.

2014 - “40 anos de Democracia”, Professora Doutora Diana Andringa, jornalista e Professor Doutor Pacheco Pereira, historiador.

2015 – “A Igualdade na Agenda post-2015”, Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz e Mestre Catarina Albuquerque

2016 - “Os 40 anos de Constituição da República”, Professora Doutora Maria Lúcia Amaral, Juíza Conselheira do Tribunal Constitucional, e pelo Conselheiro Narciso da Cunha Rodrigues.

R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)

2017 - “Os Direitos Civis das Mulheres e a Reforma de 1977”, Dr.<sup>a</sup> Leonor Beleza, e Professor Doutor Pedro Bacelar Vasconcelos.

2018 – Movimento “MeToo”, Dr.<sup>a</sup> Isabel Moreira e Dr. Francisco Teixeira da Mota

2019 – “Os 30 anos da A.P.M.J.”, testemunho de várias associadas sobre o papel e a intervenção da Associação.

2020 – “As Alterações Climáticas e os Direitos Humanos das Mulheres”, Professora Doutora Alexandra Aragão e Deputado Dr. Pedro Delgado Alves.

2021 – “Os Direitos Humanos das Mulheres sob uma perspetiva Civilizacional”, Professora Amélia Valcárcel, Mestre Aua Baldé, Dr.<sup>a</sup> Ana Gomes e Pedro Abrunhosa, por videoconferência.

2022 – “A Violência contra as Mulheres no Ciberespaço”, Dr.<sup>a</sup> Paula Cosme Pinto e Dr. Rui Cardoso.

2023 – Celebração do 35º aniversário da A.P.M.J. – Dr.<sup>a</sup> Catarina Preto e Dr.<sup>a</sup> Dulce Rocha.

## **VI - Desenvolvimento de Projetos**

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tem vindo a desenvolver vários Projetos, com o apoio financeiro da União Europeia e/ou do Estado Português, atinentes à temática da Violência Doméstica e da Violência de Género.

Assim, de 2004 a 2006, desenvolveu o Projeto “Ousar Vencer a Violência sobre as Mulheres na Família”, integrado no Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS). Este Projeto visou proceder à informação e sensibilização das/os operadores judiciais para as áreas temáticas jurídicas atinentes às questões da Violência sobre as Mulheres na

*R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

*Família. Foi desenvolvido em 4 regiões: Algarve, Alentejo, Trás-os-Montes e Litoral Norte.*

*No seu âmbito foi elaborado e editado o “Guia de Boas Práticas Judiciais” relativamente a questões do âmbito do Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito da Família e Direito Europeu.*

*E foram realizados 12 Colóquios, nas cidades de Bragança, Vila Real, Chaves, Braga, Porto, Aveiro, Portalegre, Évora, Beja, Tavira, Faro e Portimão.*

*De 2008 a 2010, desenvolveu o Projeto “Rebeca”, co-financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português, que visou promover as Boas Práticas Judiciais na área da Violência na Família exercida sobre as mulheres e recolher, catalogar e divulgar Jurisprudência sobre a temática, proporcionando o intercâmbio de ideias e materiais de estudo nesta área temática.*

*Neste âmbito foram analisados 25 processos crime onde foram vítimas mulheres acolhidas em casas abrigo situadas na região norte do país e produzidos e apresentados publicamente 3 documentos expondo as conclusões retiradas dessa análise.*

*De 2010 a 2012 desenvolveu na região Norte do país o Projeto “Lexis”, também co-financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português, que visou promover a aplicação da Lei nº112/2009 de 16 de setembro sobre o crime de Violência Doméstica junto dos operadores judiciais, apontando boas práticas e proporcionando o debate de ideias face às dificuldades encontradas na aplicação deste diploma legal.*

*De 2011 a 2013, desenvolveu o Projeto “Thémis”, igualmente cofinanciado pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português, que teve por objetivo providenciar apoio legal às vítimas de violência doméstica carenciadas de meios económicos.*

*De 2017 a 2018, desenvolveu na Região do Alentejo, o Projeto “Mulheres com Direitos”, financiado pelo Programa P.O.I.S.E., cujo objetivo o*

*R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

*empoderamento individual de mulheres, através da informação e sensibilização sobre os direitos fundamentais de que são titulares, alertando para as desigualdades que condicionam a vida em família, no trabalho e em sociedade, de molde despertar a sua consciencialização e fomentar os mecanismos de promoção e defesa desses mesmos direitos.*

*Em 2016, concebeu a performance “Hoje, Não!”, que visa desconstruir os mitos e as realidades sobre o crime de Violação, através da simulação de uma Audiência de Julgamento.*

*Desde então realizou sessões em Alcácer do Sal, Braga, Cuba, Évora, Horta, Lisboa, Porto, Santo Tirso, Setúbal e Viana do Alentejo.*

*Em 2019, o Projeto “Hoje, Não!” foi apoiado pelo Programa POISE, tendo sido realizadas 4 sessões em Escolas Secundárias do Porto e Braga.*

*De abril de 2017 a maio de 2018 desenvolveu o Projeto “Colibri”, co-financiado pela C.I.G., que visou debater as questões teóricas e práticas suscitadas pela representação forense das mulheres vítimas de Violência de Género e Violência Doméstica, em processos criminais, de divórcio e de regulação das responsabilidades parentais, no decurso do qual, juntamente com as Delegações da Ordem dos Advogados, foram realizados Colóquios em Abrantes, Beja, Bragança, Covilhã, Guarda, Leiria, Loulé, Portalegre, Santiago do Cacém, Vila Real e Viseu.*

*Em 2020 deu início aos trabalhos do Projeto “Mil Flores”, financiado pelo Estado Português através de fundos europeus no âmbito do qual foi editado e divulgado um Manual de Boas Práticas Judiciais em matéria de Violência de Género e Violência Doméstica, o qual se encontra disponível, em formato e-book, no site da A.P.M.J.*

*R. Manuel Marques, n°21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*



## **VII - Protocolos de Cooperação**

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tem celebrado protocolos de cooperação com várias entidades públicas e privadas com vista à realização de concretas iniciativas ou ao desenvolvimento da sua atividade.

Pela sua relevância, é curial referir também que em 2022 a A.P.M.J. celebrou com a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAFDL) um protocolo de colaboração que visa promover o intercâmbio e a colaboração entre as 2 associações, designadamente a nível da produção editorial.

## **VIII - Edições e Co-Edições**

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** editou, em 1990, o livro “Direito à Igualdade”, que reuniu as Conferências produzidas no I Encontro de Mulheres Juristas dos Países Lusófonos.

A convite da Professora Doutora Teresa Beleza promoveu, em 1993, o lançamento do livro “O Direito das Mulheres, uma introdução à Teoria do Direito Feminista”, editado em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Em 2001, editou “Do Crime de Maus Tratos”, publicação na qual compila artigos jurídicos sobre aquele crime.

Participou, em 2012, na edição, lançamento e divulgação do livro “Gente Comum – uma história na PIDE” da associada Aurora Rodrigues. E, em 2014, do livro “Efémera Liberdade” de Amílca Ismael, sobre o crime de tráfico de pessoas.

Em 2015, em colaboração com a Editora Afrontamento, participou na edição e divulgação do livro “Introdução às Teorias Feministas do Direito” da

*R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

autoria da associada Rita Mota e Sousa, tendo sido realizadas sessões de apresentação do livro, no Porto e em Lisboa.

Em 2016, com o apoio financeiro da Comissão de Igualdade de Género (GIG) e a colaboração da jornalista Rita Montez e o fotógrafo Hugo Correia, publicou o livro “Vidas Suspensas - Histórias de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica que lutam nos Tribunais pelos direitos dos seus filhos”.

Em 2016 procedeu-se à apresentação pública, no Porto e em Lisboa, do livro “Combate à Violência de Género – Da Convenção de Istambul à Nova Legislação Penal”, compilação das palestras proferidas aquando da Conferência sobre aquele tema realizada em 2014 com a Escola de Direito do Porto da UCP, e editado no ano anterior por aquela Universidade.

### **IX - “Prémio Teresa Rosmaninho – Direitos Humanos, Direitos das Mulheres”**

18

Em 2012, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** decidiu instituir o “Prémio Teresa Rosmaninho – Direitos Humanos, Direitos das Mulheres” com vista a honrar a memória e o exemplo da Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Seabra Rosmaninho, notável e destemida lutadora pela promoção e defesa dos Direitos Humanos das Mulheres e membro honorário da A.P.M.J.

Este Prémio, estabelecido com base numa doação de um familiar da Dr.<sup>a</sup> Teresa Rosmaninho, visa distinguir e premiar trabalhos científicos na área dos Direitos Humanos das Mulheres sendo atribuído a estudantes de mestrado e doutoramento de cursos de Direito das Universidades Portuguesas.

Em 2013, primeiro ano da atribuição do Prémio, foi galardoado o estudo "O Abuso Sexual de Adolescentes - Reflexões Críticas em torno do artigo 173º do Código Penal", apresentado pela Mestranda da Escola de Direito do Porto da

*R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

*Universidade Católica Portuguesa, Maria Beatriz Monteiro Pacheco, e foi atribuída uma Menção Honrosa ao estudo “Maternidade de Substituição – Uma perspetiva Constitucional e de iure constituendo”, apresentado pela Mestranda da Escola de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa, Paula Tavares Falcão.*

*Em 2014, foi galardoado o estudo "O carácter discriminatório da exigência de outras formas de violência para além da atuação com o dissentimento da vítima para efeitos de preenchimento do crime de violação", apresentado pela Mestranda da Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, Ana Figueiredo Pina.*

*Em 2015, o Prémio foi atribuído à “Plataforma Global de Assistência Académica de Emergência a Estudantes Sírios”. E, em 2017 à Cooperativa Social “Sol Maior”.*

*Em 2016, o estudo galardoado foi “A Violência Obstétrica: A Violência Institucionalizada contra o Género” apresentado pela Mestranda da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, Vânia Alexandra dos Santos Simões.*

*Em 2018, o Prémio foi atribuído ao estudo “A insustentável leveza do contrato de trabalho doméstico ou o caso da (in)exigibilidade de parecer da CITE em caso de despedimento da trabalhadora doméstica grávida, puérpera ou lactante” apresentado conjuntamente pela Mestranda da Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, Cláudia Campos Rodrigues e pelo Doutorando da mesma Escola, Victor Hugo Ventura.*

*E foi atribuída uma Menção Honrosa aos estudos: “A gestação de substituição face aos direitos reprodutivos na Europa do Sec. XXI. Algumas reflexões” e “Crime de lenocínio - reflexão crítica sobre o artigo 169.º n.º 1 do Código Penal”, apresentados, respetivamente, pela Doutoranda da Escola de*

*R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

*Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, Diana Araújo Coutinho e pelo Mestrando da mesma Escola, José Ricardo Linhares.*

*Em 2019, foi galardoado com o Prémio o estudo “O Discurso de Penélope: o direito à governação paritária como novo parâmetro da efetivação da igualdade real entre mulheres e homens. O poder local português enquanto poder para-paritário”, apresentado pela Doutoranda na Escola de Direito da Universidade do Minho, Eva Macedo.*

*E foram atribuídas Menções Honrosas aos estudos “A Suspensão da Execução da Pena de Prisão e os Crimes Sexuais” e “Deficiências do Crime de Violação à luz da Convenção de Istambul”, apresentados, respetivamente, pela Mestranda da Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, Ana Fernandes de Freitas e pelo Mestrando da mesma Escola, Gil Miranda Ribeiro.*

*Em 2020, o prémio foi atribuído ao estudo “Reflexões Críticas Acerca do Enquadramento Jurídico-Penal da Prostituição no Ordenamento Jurídico Português” apresentado pela Mestranda da Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, Tatiana Laranjeira Botelho.*

*Em 2021, foi galardoado o estudo “Femicídio – Contributos para a sua visibilidade e prevenção. Análise retrospectiva”, apresentado pela Mestranda do Instituto Universitário de Ciências Psicológicas Sociais e da Vida (I.S.P.A.), Maria Amália Lopes Teixeira.*

*Em 2022, o Prémio foi atribuído ao estudo intitulado “Os crimes sexuais e a necessidade de adoção de uma jurisprudência com consequência de género - Uma abordagem holística”, apresentado pela Mestranda em Direito e Ciências Jurídicas, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Carolina Rocha Antunes.*

*E em 2023, foi galardoado o estudo intitulado “A responsabilidade penal médica no exercício da ginecologia. Que caminho para os maus tratos*

*R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

*ginecológicos como Violência de Género”, apresentado pela Mestranda em Ciências Jurídico-Criminais, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Mariana Marques da Fonseca.*

*De referir que a sessão de entrega do Prémio relativa aos anos de 2022 e 2023 tiveram lugar no Tribunal da Relação do Porto e contou com a presença e participação do seu Presidente e também do Procurador Geral Distrital do Porto, e, em 2022, foi antecedida pela realização de uma Leitura encenada de textos das “Novas Cartas Portuguesas” , e em 2023, pela leitura de texto de várias Mulheres ilustres que se bateram pela República e os valores da Cidadania, Educação e Paz.*

#### **X- Participação em Campanhas Públicas**

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** colabora com outras ONGs de Direitos Humanos, participando habitualmente em diferentes campanhas de sensibilização da opinião pública sobre os Direitos Humanos da Mulheres, como seja a relativa ao Referendo sobre o Aborto, o repúdio da lapidação de Amina Lawal, a “One Billion Rising”, a “Bring Back Our Girls”, e a contestação à chamada “Ley Gallardón”.*

*Bem como participou em diferentes campanhas nacionais e internacionais, como a “Coração Azul”, lançada pela CIG relativa ao tráfico de mulheres, e a realizada pela A.I. contra a lapidação de uma mulher no Sudão.*

*Ainda neste domínio, cabe referir que, em 2015, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** juntou a sua voz à de outras ONGs, e pugnou na A.R. pela não alteração do regime jurídico do aborto. E que não tendo merecido provimento essa proposta, subscreveu, juntamente com outras ONGs,*

*R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

*uma exposição ao Provedor de Justiça com vista a obter a declaração de inconstitucionalidade da modificação àquele regime jurídico.*

*Em 2017 preparou e entregou ao Comité GREVIO um Relatório sombra sobre a implementação da Convenção de Istambul.*

*Em 2018 e em 2020 participou na campanha “VDay”, e com a colaboração de várias pessoas não associadas, levou à cena, durante 3 dias, a peça “Monólogos da Vagina”.*

*Em 2018 participou nas Audiências públicas levadas a cabo pelo Comité GREVIO, com vista à elaboração do Relatório de monitorização da aplicação da Convenção de Istambul.*

*Em agosto de 2020 a Associação emitiu um comunicado manifestando a sua profunda consternação com as circunstâncias da morte da advogada curda Ebru Tımtık, ocorrida em Ankara.*

*Em setembro de 2020, e ao ser tornado público o conteúdo profundamente misógeno do programa da disciplina de Direito Penal IV, obrigatória no Mestrado de Direito e Prática Jurídica de Direito Penal e optativa para o Mestrado em Ciências Jurídico Forenses, a ser ministrada pelo professor Doutor Francisco Aguilar, no 1.º semestre de 2020-2021 na FDUL, a A.P.M.J. endereçou uma carta às autoridades académicas daquela Faculdade manifestando o seu repúdio e exigindo o apuramento de responsabilidades.*

*No mês de dezembro de 2020, a A.P.M.J. endereçou ao Parlamento Europeu uma exposição sobre a iminente aprovação do novo Código Europeu das Comunicações Eletrónicas, atentas as suas repercussões na investigação dos crimes de natureza sexual que sejam cometidos online, designadamente os de abuso sexual e exploração de crianças, meninas e raparigas, solicitando a sua derrogação e a aprovação de um regime jurídico específico que assegure, a título definitivo, a eficácia das investigações deste tipo de criminalidade e da proteção das vítimas, que tenha em atenção as particularidades do modus*

*R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

*operandi dos infratores e das graves consequências da revitimização, decorrentes da publicação e partilha online dos conteúdos de abusos e exploração sexuais de crianças e adolescentes.*

*Em setembro de 2021, lançou uma campanha de esclarecimento jurídico subordinada ao tema “Assédio Sexual é Violência”, como forma de apoio aos webinar que realizou sobre o tema.*

*Em dezembro de 2021, endereçou um apelo a todos os partidos políticos concorrentes às eleições legislativas a fim de que as listas de candidaturas que viessem a apresentar visassem uma efetiva composição paritária da Assembleia da República.*

*Em fevereiro de 2022, e na sequência das eleições legislativas dirigiu um apelo ao Secretário-Geral do partido político vencedor no sentido de vir a formar um Governo paritário.*

*No mesmo mês, publicou o Manifesto “Não à Guerra!”, expressando a sua oposição ao desencadear da Guerra na Ucrânia.*

*Em maio de 2022, participou na campanha pública de repúdio da cooptação para o Tribunal Constitucional de um jurista conotado com posições jurídico-políticas contrárias à defesa e promoção dos Direitos Humanos das Mulheres, máxime no tocante aos direitos sexuais e reprodutivos.*

*Em outubro de 2022, por ocasião dos assassinatos de Masha Amini e de Asra Panahi, manifestou ao Secretário Geral da O.N.U. a sua profunda preocupação com a trágica situação vivida na República Islâmica do Irão, no que toca ao respeito pela Liberdade e Segurança das Meninas e Mulheres Iranianas.*

*Posição esta reiterada em Assembleia Geral de dezembro de 2022, na qual foi deliberado manifestar a sua total solidariedade para com a justa luta das mulheres do Irão e do Afeganistão, pela Liberdade e pela Igualdade, condenar veementemente a execução pública e cruel dos jovens iranianos Mohammad*

*R. Manuel Marques, n°21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*

*Mahdi Karami e Seyyed Mohammad Hosseini, após tortura e julgamentos sem garantias de defesa adequada, e sem direito à escolha de defensor e ainda exigir a libertação imediata de Faezeh Hachemi Rafsandjani, ex- membro do parlamento iraniano, ativista de Direitos Humanos, condenada a 5 anos de prisão por delito de opinião.*

*Em abril de 2023, em Nota Pública à Comunicação Social, exprimiu o seu espanto e consternação por o critério subjacente à mais recente cooptação de 3 novos Juízes para o Tribunal Constitucional, ter ignorado, de forma ostensiva, a imposição constitucional de promoção da igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos, ínsita nos artigos 9.º, alínea h) e 109.º da Constituição da República.*

*Na sequência da qual endereçou uma carta ao Presidente da Assembleia da República na qual apelava a que os diferentes partidos políticos com assento parlamentar fossem exortados no sentido de apresentarem um diploma que expressamente consignasse o princípio de representação paritária na composição do Tribunal Constitucional.*

*Em junho de 2023, endereçou um apelo ao Primeiro Ministro no sentido de serem agilizados os procedimentos necessários de molde a que Portugal possa abrir, efetivamente, as suas portas a todas as pessoas que desejem ser acolhidas, muito particularmente as Magistradas Judiciais e do Ministério Público provenientes do Afeganistão.*

*Em outubro de 2023, a A.P.M.J. expressou a sua profunda apreensão e rejeição com a situação de guerra existente em Gaza e Israel e condenou todos os atos de agressão cometidos, por uma e outra parte, em violação das regras do Direito Internacional.*

*R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa*

*Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)*



## **XI – Outras**

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** vem realizando, desde há alguns anos, Reuniões Alargadas da sua Direção Nacional em diversos pontos do país de molde a implementar uma discussão mais ampla das suas atividades e a favorecer o convívio e o conhecimento mútuo das associadas, procurando combinar estas iniciativas com a realização de passeios e visitas de carácter turístico, cultural e gastronómico.

Neste âmbito foram já realizadas Reuniões em Alcácer do Sal, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Évora, Ovar, Porto, Sesimbra, Tavira e Tomar.

Com o fito de procurar estudar mais detalhadamente alguns temas, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** realiza sessões de estudo internas para debate das questões que entende necessárias. Tendo realizado já sessões sobre Violência Obstétrica e sobre a Licença Menstrual.

25

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** mantém um website – [www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) – e presença no Facebook, no Instagram, no Twitter e no YouTube - [https://www.youtube.com/@A.P.M.J.\\_pt/videos](https://www.youtube.com/@A.P.M.J._pt/videos) para uma melhor divulgação do conjunto das suas atividades, bem como um grupo de WhatsApp restrito às suas associadas, para discussão de temas candentes e divulgação urgente de notícias.

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** é membro do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e do Conselho Consultivo da Justiça. Colabora com a Comissão Nacional dos Direitos Humanos.

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** está filiada na “International Federation of Women in Legal Careers” (I.F.W.L.C.), ONG internacional que agrupa associações congéneres em várias dezenas de países,

R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)

e com estatuto consultivo junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** assegurou a presidência da “International Federation of Women in Legal Careers” de 2006 a 2012.

No âmbito da I.F.W.L.C., a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tem participado em múltiplas Conferências e Congressos Internacionais, dos quais destaca o V Encontro de Mulheres Juristas dos Países Lusófonos e a I Cimeira de Direitos Humanos das Mulheres, no âmbito do XXIII Congresso da I.F.W.L.C., realizado em Lisboa em novembro de 2018.

Em março de 2016, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** foi distinguida pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados com a atribuição da 1ª edição do Prémio “Elina Guimarães”, que visa distinguir personalidades e/ou entidades nacionais que se tenham destacado especificamente na defesa dos direitos das mulheres e na defesa da igualdade de género.

Em março de 2019, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** foi agraciada com a Medalha de Honra da Freguesia do Lumiar pela Junta de Freguesia do Lumiar (Lisboa), freguesia onde a A.P.M.J. se encontra sedeadada, em reconhecimento da intervenção cívica e os inúmeros contributos na defesa e aprofundamento dos direitos das mulheres, no combate à violência doméstica e de género, na construção da igualdade e na defesa dos valores fundamentais plasmados na Constituição da República.

Lisboa, dezembro de 2023

A Direção da A.P.M.J.

R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

[www.apmj.pt](http://www.apmj.pt) - [apmjsede@apmj.pt](mailto:apmjsede@apmj.pt)